

EDUCAÇÃO SEXUAL PARA A DIVERSIDADE: Questões de Gênero e o Contexto Escolar

Rosana Souza de Vargas¹
Alisson Vercelino Beerbaum²
Eva Teresinha de Oliveira Boff³

RESUMO

Existem profundas transformações na fase da adolescência: biológicas, sociais, emocionais e de saúde. A partir do entendimento de que é no ambiente escolar que os adolescentes passam a maior parte do tempo, compreendemos ser importante tratar a temática com foco na educação sexual. Aqui, referimo-nos a uma educação que seja ética, humana e que proporcione conhecimentos sobre aspectos físicos, cognitivos, sociais, culturais e emocionais para jovens e adultos. Estudos demonstram, no entanto, que a temática é pouco trabalhada no ambiente escolar, classificada como um tabu. Assim, o presente artigo tem o objetivo de apresentar aspectos relacionados às temáticas de educação sexual e gênero apresentados nos discursos de estudantes do Ensino Médio de uma escola pública localizada numa cidade do interior do Rio Grande do Sul, Brasil. O estudo caracteriza-se como qualitativo e a análise das respostas ocorreu por meio da Análise Textual Discursiva. Os resultados mostram que, por mais que os estudantes apresentem certas noções acerca do que seja educação sexual e gênero, como de reprodução e prevenção de doenças, tais informações ainda não tratam de conceitos abstraídos nos sentidos próprios dos termos. Acreditamos que é a partir da educação sexual e de sua discussão efetiva e responsável nas escolas que pode haver uma transformação social e cultural de práticas sexuais, promovendo a não alienação dos jovens e adolescentes em relação à temática.

Palavras-chave: Adolescência; ATD; identidade; sexualidade.

SEXUAL EDUCATION FOR DIVERSITY: GENDER ISSUES AND THE SCHOOL CONTEXT

ABSTRACT

In adolescence, there are profound transformations: biological, social, emotional and health. From the understanding that it is in the school environment that young people spend most of their time, we understand that it is important to address the theme with a focus on Sexual Education. Here, we refer to an education that is ethical, human and that provides knowledge about physical, cognitive, social, cultural and emotional aspects for young people and adults. However, studies show that the theme is not much studied in the school environment, and it is classified as a taboo. Thus, this article aims to present aspects related to the themes of Sexual Education and Gender presented in the discourses of high school students of a public school located in a city in the interior of Rio Grande do Sul, BR. The research is characterized as qualitative and the analysis of the speeches occurred through Discursive Textual Analysis (ATD). The results indicate that, although students present certain notions about what sexual education and gender are, such as reproduction and prevention of diseases, such information still does not deal with concepts abstracted in the proper meanings of the terms. Broader abstractions are lacking, especially with regard to the differentiation between sex, gender and sexual orientation. We believe that it is from sexual education and its effective and responsible discussion in schools that there may be a social and cultural transformation of sexual practices, which will promote the non-alienation of young people in relation to the theme.

Keywords: Adolescence; ATD; identity; sexuality.

RECEBIDO EM: 11/8/2020

ACEITO EM: 28/9/2020

¹ Autora correspondente. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí. Rua do Comércio, 3000 – Bairro Universitário. Ijuí/RS, Brasil. CEP 98700-000. <http://lattes.cnpq.br/5780931035409978>. <https://orcid.org/0000-0002-9033-5925>. rosanasdvargas@gmail.com

² Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí. Ijuí/RS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/8500087795665684>. <https://orcid.org/0000-0003-1026-8628>

³ Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí. Ijuí/RS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/2030857590136290>. <https://orcid.org/0000-0002-7266-9630>

INTRODUÇÃO

A adolescência caracteriza-se como um importante momento do desenvolvimento humano, pois representa a passagem do jovem para a vida adulta. Do latim *adolescere* (*ad*, a, para; e *olescer*, crescer), quer dizer “crescer para” (OUTEIRAL, 2003). De acordo com Outeiral (2003), esse termo também diz respeito a *adolescere*, que origina o vocábulo *adoecer*, logo, é uma fase na qual decorre o desenvolvimento físico e psíquico dos indivíduos de maneira análoga a um adoecimento, uma vez que acarreta sofrimentos, mudanças emocionais e transformações biológicas e mentais. É um momento que marca a constituição dos sujeitos em suas identidades e subjetividades, ao mesmo tempo em que ocorrem as transformações corporais até atingir a maturidade e a responsabilidade social (OUTEIRAL, 2003). A Organização Mundial de Saúde afirma que, do ponto de vista biológico, a adolescência ocorre entre 10 e 19 anos de idade, mas a lei brasileira, especificamente o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelece a adolescência entre 12 e 18 anos de idade (BRASIL, 2017). Becker (2017) destaca, no entanto, que o tempo cronológico da adolescência reflete apenas uma estimativa, em vista da subjetividade das questões envolvidas: modificações biológicas, psicológicas, culturais, sociais e sexuais.

Após essa fase chega a juventude, cujo significado, conforme explicado por Andrade e Meyer (2014), pode ser considerado amplo e complexo. A juventude é uma fase marcada pela definição e a inserção na sociedade, pelo momento da escolha profissional, do ingresso no mundo do trabalho, pelo momento de participação ativa em ambientes antes não transitados enquanto adolescentes (ANDRADE; MEYER, 2014). Assim, marca essencialmente a passagem da infância para a vida adulta. Há, também, ideias de que ser jovem, no caso de adultos e idosos, representa energia, altivez, rapidez, saúde, etc., habilidades que, com o passar da idade, podem ser perdas (ANDRADE; MEYER, 2014). O conceito de juventude, como esses autores salientam, compreende uma condição histórico-cultural, com representações que não são dadas e nem fixas (ANDRADE; MEYER, 2014).

Em geral, é na adolescência que os jovens iniciam a vida sexual, definem a identidade sexual e escolhem um parceiro sexual pela primeira vez (OUTEIRAL, 2003). Neste sentido, a pesquisa Mosaico 2.0 (ProSex2016), realizada pelo Programa de Sexualidade da USP, afirma que a maioria dos jovens inicia a vida sexual entre os 13 e os 17 anos. Torna-se importante, portanto, realizar discussões escolares acerca da temática da sexualidade, principalmente considerando o fato de que os estudantes na faixa etária mencionada passam grande tempo na escola, sendo esse o espaço onde, primordialmente, escolhem seus parceiros sexuais.

Tal proposição acerca da educação sexual surgiu com a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) publicados em 1998 com o intuito de orientar as escolas na organização de propostas pedagógicas. Dentre os temas transversais a serem trabalhados nas disciplinas escolares há o item Orientação Sexual, compreendido como um “processo de intervenção pedagógica que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus

e valores a ela associados” (BRASIL, 2000, p. 28). Aqui, em consonância com uma visão ampla de sexualidade, inclui-se um caráter cultural, social e histórico da constituição sexual dos indivíduos.

No que se refere à esfera cultural da sexualidade, encontram-se os estudos sobre gênero. Esse que, de acordo com Bourdieu (1999) em “A dominação Masculina”, é um conceito relacional que envolve uma estrutura de dominação simbólica que divide os seres humanos em dois lados opostos, a fim de perpetuar as relações de poder implicadas nesse modelo, no qual “o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas” (p. 23). Neste sentido, o trabalho pedagógico de constituição de sujeitos em corpos masculinos e femininos é psicossomático: a somatização das relações sociais de dominação é obtida por intermédio, segundo Bourdieu (1999), do esforço coletivo de socialização difusa e contínua que transforma em *habitus* as identidades distintas instituídas pelo arbitrário cultural, diferenciando-as de acordo com os princípios dominantes de divisão e orientando-as a perceberem-se no mundo de acordo com os mesmos princípios (BOURDIEU, 1999).

O *habitus* diz respeito ao sistema de disposições adquiridas na socialização primária em relação à percepção, ao pensamento, à apreciação e à ação, no âmbito da internalização dos princípios de um arbitrário cultural; expressa uma maneira de ser, um estado habitual, especialmente do corpo (BOURDIEU, 1999). Neste entendimento, o sistema escolar contribui para que as pessoas tenham acesso aos fatores de mudança da ordem de dominação entre os gêneros na economia de produção e reprodução de bens simbólicos quando se constata que, apesar da democratização do acesso à educação, persiste a sexualização dos cursos e carreiras (BOURDIEU, 1999). Bourdieu (1999) também menciona que, embora estejam em maior número, em geral, as mulheres ainda não ocupam posições de liderança e ficam restringidas às áreas do conhecimento tradicionalmente consideradas femininas, como pedagogia e enfermagem, atuações mais práticas e analíticas, em detrimento do acesso às funções mais teóricas e sintéticas que são predominantemente masculinas (BOURDIEU, 1999). Cotrim, Teixeira e Proni (2020) corroboram afirmando que a literatura comprova “que as desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro se estruturam principalmente por meio da concentração das mulheres em setores e ocupações tradicionalmente associados ao sexo feminino”, manifestando-se em desigualdades salariais (p. 2). Além do mais, Sommer (2018) salienta que, por mais que a desigualdade de gênero no trabalho pareça estar desaparecendo, na verdade está sendo naturalizada por meio de discursos que afirmam e reafirmam que essa realidade é comum nas diferentes sociedades.

Gava e Villela (2016) destacam que a sexualidade é reconhecida como constitutiva dos sujeitos desde sua infância, o que evidencia a função da escola como o principal ambiente para realização de políticas e projetos que garantam os direitos e deveres sexuais de forma harmônica com as diversidades identitárias dos estudantes. Assim, fica compreendido que a educação sexual não visa a, exclusivamente, proporcionar esclarecimento de dúvidas relacionadas à sexualidade anatômica, mas, sim, contribuir para o desenvolvimento pleno da construção de sua identidade como sujeito integral e autônomo na sociedade e, acima de tudo, liberto das amarras inculcadas pela cultura dominante.

Em vista disso, o presente trabalho tem como objetivo investigar como estudantes do 3º ano do Ensino Médio de uma Escola Estadual Pública, de uma cidade localizada no interior do Estado do Rio Grande do Sul, situam conceitos como os de educação sexual e de gênero dentro de suas práticas escolares, além de propor uma discussão teórica acerca dos temas. Buscamos compreender quais relações e associações significativas unitárias são realizadas por indivíduos que estão entre o fim da adolescência e a idade adulta e quais discursos eles constituem e transmitem em relação à temática.

A justificativa para a realização deste trabalho se pauta, principalmente, no estudo realizado por Furlanetto *et al.* (2018), o qual identificou, por meio de uma revisão sistemática da literatura, que há a necessidade de avanços na área da educação sexual nas escolas brasileiras, uma vez que suas ações ainda estão pautadas em um tratamento simplesmente moral e pedagógico. Esta pesquisa também se justifica pela importância da temática, que é complexa e não muito discutida no âmbito escolar. Leite (2019, p. 122) ressalta que “o Brasil tem sido palco nos últimos anos de diferentes controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade”, e elas apresentam um “[...] cenário de fortalecimento de conservadorismos e têm como pontos de interseção o confronto de moralidades em relação ao gênero”. Nessa perspectiva, o tema geralmente é tratado hegemonicamente por uma perspectiva de risco e não de direito (LEITE, 2019).

A partir dessas questões, reconhecendo a educação sexual como um meio de buscar a transformação social e cultural, e que seja capaz de contribuir para mudanças de valores, comportamentos e normas relacionadas à sexualidade, fica implícita ou quase explícita a necessidade em se discutir a temática, ainda mais em tempos de repressão social e sexual vividos no Brasil⁴.

A seguir, portanto, será apresentada a metodologia detalhada do presente estudo, bem como a perspectiva de abordagem de análise escolhida; após, estarão descritos os resultados e as discussões acerca da temática, tópico esse seguido das considerações finais, apresentando, ao final do trabalho, as referências utilizadas.

METODOLOGIA

Para a realização do presente trabalho foi adotada uma abordagem qualitativa realizada por meio da análise textual discursiva (ATD) de Moraes e Galiazzi (2013). Para os autores, a ATD se configura como “[...] um processo integrado de análise e de síntese que se propõe a fazer uma leitura rigorosa e aprofundada de conjuntos de materiais textuais” que possuem o intuito de “descrevê-los e interpretá-los no sentido de atingir uma compreensão mais complexa dos fenômenos e dos discursos a partir dos quais foram produzidos” (MORAES; GALIAZZI, 2013, p. 112). Nas palavras de Moraes (2003, p. 192), a ATD é compreendida como:

⁴ *Temas sexualidade e gênero geram polêmica em planos de educação*. G1. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/06/temas-sexualidade-e-genero-geram-polemica-em-planos-de-educacao.html>. *Campanha lançada pelo governo sugere abstinência sexual*. O tempo. 2020. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/brasil/campanha-lancada-pelo-governo-sugere-abstinencia-sexual-1.229252> *Acusado por Bolsonaro de ser autor de “kit gay”, suíço relembra polêmica*. Folha Uol. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/10/acusado-por-bolsonaro-de-ser-autor-de-kit-gay-suico-relembra-polemica.shtml>. Todos acessados em: 10 mar. 2020.

[...] um processo auto-organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem de uma sequência recursiva de três componentes: desconstrução do corpus, a unitarização, o estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização, e o captar do novo emergente em que nova compreensão é comunicada e validada.

A abordagem qualitativa surge na análise que pretende perceber aquilo que é da subjetividade de cada participante, olhando para o contexto social e cultural no qual esse se encontra (MORAES, 2003). Diz respeito a identificar aquilo que não pode ser transmitido por números e que permite uma compreensão maior de relações das atividades humanas com os significados produzidos (MORAES, 2003).

Deste modo, o presente estudo foi realizado no início do primeiro semestre de 2020 e, considerando o objetivo do estudo, contou com a participação de estudantes do 3º ano do Ensino Médio de uma Escola Pública localizada em uma cidade do interior do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Os estudantes são maiores de idade e matriculados no turno vespertino. O convite para responder às questões da entrevista foi enviado ao total de 123 estudantes, no entanto, dentre esses, somente responderam os que demonstraram interesse em participar da pesquisa, totalizando (26) participantes. Destacamos que o projeto que orientou este estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa na Universidade a que os autores deste artigo estão vinculados – protocolo nº 2260474 – e que os estudantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A amostra pode ser assim caracterizada a partir do primeiro eixo de questões: 18 estudantes completaram 18 anos de idade, 3 estudantes têm 19 anos de idade, 1 tem 20 anos de idade e 1 tem 21 anos de idade; 2 estudantes equivocaram-se ao ler a pergunta “qual sua idade?” e responderam a cidade em que nasceram; 18 participantes são do sexo feminino e 8 do sexo masculino; 20 estudantes, ou 76,9% da amostra, disseram que já tiveram alguma experiência sexual, e 6 estudantes, ou 23,1% da amostra, disseram que não tiveram experiência sexual; 73,1% dos estudantes afirmam que são sexualmente ativos e 26,9% afirmam o contrário. Além disso, 53,8% deles são heterossexuais, 34,6% são bissexuais e 11,5% são homossexuais.

As questões foram enviadas por meio do *Google Forms* e correspondem a quatro eixos articulados entre questões abertas e fechadas. O primeiro diz respeito a questões mais gerais do perfil dos estudantes, que questionam sobre idade, sexo biológico, experiências sexuais e atividade sexual; o segundo eixo engloba as questões que se referem à educação sexual, como o que os estudantes entendem por educação sexual, se a temática foi/é tratada no ambiente escolar (se sim, de que maneira e em que momento, e se não, porque eles acham isso), e se há algum espaço no qual eles tenham mais contato com a temática; o terceiro eixo traz as mesmas questões, mas referentes às discussões de gênero; o quarto e último eixo visa a buscar compreensões da importância das temáticas na vida dos alunos, visando a identificar se eles percebem relação entre educação sexual e estudos de gênero, além de salientarem suas sexualidades e explicarem se gostariam ou não que tais temáticas fossem mais abordadas nos espaços em que vivem.

A partir da ATD chegamos a três categorias principais: i) a necessidade da educação sexual para o conhecimento dos direitos e deveres sexuais instituídos cultural e socialmente; ii) concepções sobre gênero: aquilo que é feminino ou masculino; e iii) a característica importância da educação sexual compreensiva no contexto escolar. Os dados advindos da análise foram discutidos com as referências bibliográficas da área, a fim de articular, de maneira mais basilar, os argumentos e metatextos produzidos. Para além disto, compreendemos ser importante destacar que os trechos selecionados foram os considerados mais pertinentes para a discussão, marcados em itálico, para diferenciar do aporte teórico geral e subsidiar a escolha argumentativa. Os sujeitos da pesquisa estão identificados por códigos, como “E1, E2, E3...”, e a letra E corresponde à palavra estudante e os algarismos são a numeração ordinal dos formulários respondidos.

Desta forma, a seguir estão os metatextos produzidos a partir das categorias que emergiram das respostas dos estudantes.

EDUCAÇÃO SEXUAL: Construções Educativas e Noção de Gênero

Nesta seção apresentamos as três categorias criadas a partir da ATD e que foram supramencionadas na metodologia. Tais categorias nos permitiram a reconstrução das unidades de significado a partir das interpretações dos autores à luz do referencial teórico que fundamenta a pesquisa, proporcionando, portanto, a análise e a construção dos metatextos que se seguem.

i) A necessidade da Educação Sexual para o conhecimento dos direitos e deveres sexuais social e culturalmente instituídos

A Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, Cultura e Esporte (Unesco), de 2018, orienta que a Educação Sexual deve desenvolver valores e habilidades éticas em relação ao conhecimento adquirido para que os jovens consigam realizar escolhas que sejam saudáveis e responsáveis sobre relacionamentos, reprodução e sexo.

O documento propõe uma “*comprehensive sexuality education*”, ou seja, a Educação Sexual compreensiva, a qual pretende orientar o ensino e a aprendizagem sobre as concepções cognitivas, físicas, emocionais e sociais da sexualidade. Para além de temáticas mais científicas e biológicas (aquelas que comumente e somente são trabalhadas nas escolas, como reprodução, anatomia, fisiologia, doenças sexualmente transmissíveis, etc.), o documento ressalta a importância do estudo de outras dimensões que são contemporâneas, como igualdade de gênero, amor, orientação sexual e identidade de gênero, objetivando prevenções e cuidados em relação à saúde sexual e emocional dos jovens de modo responsável e ético.

Apesar desta orientação principal, a análise das entrevistas permite perceber que as concepções dos estudantes quanto à Educação Sexual são deveras limitadas. Classificamos três importantes assuntos na categoria, os quais são subsequentes. Inicialmente, foi identificado que os discursos são comuns e parecidos entre si, especialmente em relação ao entendimento que os estudantes têm acerca do tema que, para eles, diz respeito a:

[...] entender sobre o corpo, a puberdade, doenças e prevenções (E1); explicar e sanar dúvidas sobre relações sexuais, como se prevenir, o que é uma relação consensual e o que é abuso/estupro (E4); algo que as pessoas precisam saber, pelo menos o básico, para se prevenir, conhecer as inúmeras doenças e até mesmo se conhecer e conhecer o seu parceiro (E9); o ato de saber o que é sexo e o que pode causar, como doenças e como se proteger (E18); conscientizar as pessoas perante a maneira correta de manter uma vida sexual ativa sem riscos ao indivíduo e alertar sobre a importância dos métodos contraceptivos (E10); educar a sociedade de forma correta em relação a seus corpos, e também a como fazer sexo seguro (E12); orientações sobre as prevenções devidas (E22); o ensino sobre a prática sexual, saber o que é saudável ou não, métodos de contracepção, etc. (E6); fazer com que os estudantes entendam melhor de seu próprio corpo, como se proteger no ato sexual (E23); educação para uma vida sexual adulta consciente (E19); é saber como se prevenir, saber os métodos contraceptivo para evitar gravidez e até mesmo doenças transmissíveis (E16); estudar sobre os métodos de prevenção contra doenças (E24).

A partir das respostas, é possível notar que alguns vocábulos se repetem ou aparecem como sinônimos uns dos outros. O que as respostas destes 12 estudantes têm em comum é a visão de que a Educação Sexual é um meio para que o indivíduo conheça sobre seu corpo, sobre o sexo, sobre os métodos contraceptivos e que previnem doenças, conscientizando-se sobre o assunto. Todos os temas dizem respeito ao que deveria a educação sexual orientar, pois o trabalho com a temática da sexualidade na escola “[...] é entendido como uma possibilidade de garantia de informações e acesso a serviços necessários para o exercício e o usufruto de direitos humanos, em especial dos direitos *sexuais e reprodutivos*” (grifo nosso) (GAVA; VILLELA, 2016, p. 161). É igualmente importante tratar de temas como “prevenção e conhecimentos de doenças sexualmente transmissíveis [...]”; uso e conhecimento sobre métodos contraceptivos e gravidez na adolescência” (PAES; FAVORITO; GONÇALVES, 2015, p. 70). É preciso, no entanto, progredir nestas discussões sob o respaldo dos direitos humanos, sociais e culturais pertencentes a estes sujeitos sobre suas sexualidades, bem como o Guia Internacional (UNESCO, 2018) e outras literaturas salientam (FURLANETTO *et al.*, 2018).

Vale ressaltar que Educação Sexual poderia vir acompanhada de um programa de ensino que, de acordo com o Guia Técnico para Educação Sexual (UNESCO, 2018), precisa ensinar “sobre os aspectos cognitivos, emocionais, físicos e sociais da sexualidade”, tendo como objetivo proporcionar a crianças e jovens “conhecimento, habilidades, atitudes e valores que os empoderem para: vivenciar sua saúde, bem-estar e dignidade; desenvolver relacionamentos sociais e sexuais respeitosos”, considerar “como suas escolhas afetam o bem-estar próprio e dos outros”, além de “entender e garantir a proteção de seus direitos ao longo da vida” (p. 16).

Outra característica observada nas respostas dos estudantes é a percepção de atividade sexual como algo que pode gerar danos às suas vidas, como se a prática sexual fosse algo ruim. Por exemplo, na resposta de E2, que diz que a Educação Sexual é uma “*ferramenta que possibilita um melhor entendimento a respeito de práticas sexuais e suas consequências*”, fica explícito que a prática sexual gera consequências, no entanto a afirmativa nem sempre será verdadeira. E8 também deixa transparecer tal pensamento ao elaborar o conceito de “*ensinar as pessoas a conhecer o próprio corpo, reconhecer as situações em que seu corpo está em risco, além de saber sobre as consequências da*

sexualidade” (E8). Eventualmente, uma ação sexual inconsciente poderá propor riscos. Na perspectiva de E8, então, fica também explícita a ideia de que uma sexualidade ativa invariavelmente acarretará consequências. E25 e E5 também apresentam tais discursos: “tem a função de conscientizar os jovens sobre o sexo, tanto os prazeres quanto seus riscos” (E25); “para mim a Educação Sexual é o ato de abrir um espaço para comunicação, ou debate, sobre a vida sexual, não sendo propriamente sobre o ato mas desde a anatomia masculina e feminina quanto às permissões para se exercerem” (E5).

Curiosamente, tais concepções estão em respostas de mulheres. De acordo com Schor *et al.* (2007, p. 49), isso se deve ao fato de que as meninas “evitam a relação sexual mais do que os meninos, o que pode ser um reflexo de como a sociedade impõe o sexo para os diferentes gêneros (...), [assim, a] sociedade mostra para o menino o ato sexual como sendo certo e, para a menina, como sendo errado”. Logo, salientamos a importância em falar de assuntos que desmistifiquem a ideia de que fazer sexo é algo ruim; pelo contrário, só atingirá consequências e riscos se os sujeitos não souberem o que estão fazendo, se não souberem como seu corpo funciona, se não souberem o que querem obter dele. Isso incorre, inclusive, o que Butler (2016) salienta: “ressoa que se tornou impossível separar a noção de ‘gênero’ das interseções política culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida” (p. 20).

Outras respostas que se destacam nesta categoria dizem respeito à Educação Sexual de uma maneira ampla, pela ótica do direito ao conhecimento da sexualidade como prática social e cultural, indo além, portanto, das discussões sobre prevenção de doenças, conscientização sobre riscos, reprodução.

A plataforma utilizada para instruir os cidadãos sobre questões como igualdade de gênero, orientação sexual, fatores biológicos relacionados com o corpo masculino e feminino, como menstruação, uso de preservativos e informações sobre infecções sexualmente transmissíveis (E13); ao meu ver, Educação Sexual é um conceito muito amplo; que abrange desde os conceitos básicos de prevenção, como medidas de segurança caso algo “errado” aconteça; como também o autoconhecimento sexual (E15); a Educação Sexual é o nome dado ao processo que visa educar, ou seja, esclarecer jovens e adolescentes a respeito da responsabilidade particular de cada um quando esses decidem entregar seu corpo a alguém.

A partir disso, é importante compreender que as questões de ordens emocional, psicológica e ética sobre a Educação Sexual precisam ser refinadas, uma vez que somente dois estudantes elaboraram conceitos neste sentido. Além disso, quando questionados se a temática foi abordada na escola, 17 estudantes responderam que não e 9 que sim. Quatro estudantes disseram que a Educação Sexual esteve presente por meio de um trabalho de sociologia. Dentre os que responderam afirmativamente, observemos algumas respostas:

todos os tipos de assuntos relacionados ao sexo e aos órgãos sexuais (E18); através de uma palestra realizada na Unijuí. Sinceramente, não aprendi nada de útil pois não tinha maturidade na época; depois nunca mais tive nenhum tipo de educação sexual no ambiente escolar (E15); foi tratado de forma ampla contextualizando o conteúdo de reprodução humana. [...] Os estudos foram objetivos, [...] sem abordar temas psicológicos a respeito dessas práticas (E2); apenas em aulas sobre sistemas

reprodutores (E4); estudamos sobre doenças, gravidez e métodos contraceptivos (E25); diversos desde como é utilizado o preservativo até os riscos que a falta do mesmo pode causar (E26).

Tais respostas denotam perspectivas predominantemente biológicas acerca da reprodução e da prevenção sexual. Por outro lado, dentre os estudantes que responderam negativamente, surgiram explicações que se aproximam, tais como:

porque tem muitas pessoas com a concepção errada sobre o que seria educação sexual (E8); creio que muitas escolas e pais tem isso como algo que vai prejudicar a saúde mental de seus filhos e estudantes (E9); porque ainda há muito tabu em torno desse assunto e ele ainda não está inserido nas famílias onde deveria existir o primeiro contato (E1); acredito que seja um assunto delicado e que traria muita polêmica além de pais retirando seus filhos das escolas por acharem que educação sexual é ensinar sexo para os estudantes, leia-se tabu (E11); tabus e falta de diretrizes escolares (E13); preconceito ou medo de represália de alguns pais (E19); as pessoas não falam sobre esse assunto, talvez seja algum receio ou medo das reações dos estudantes (E23); a escola ainda não tem estrutura para isto (E24).

Tais discursos demonstram relação com a ideia de conceitos sexuais como tabus, problema respaldado pela falta de preparação dos atores escolares para tratar sobre o tema, bem como os preconceitos a respeito de confundir a Educação Sexual com apologia ao sexo. Sobre isso, Furlanetto *et al.* (2018) destacam que a dificuldade de tratar sobre a Educação Sexual se relaciona com a própria constituição histórica da sexualidade. De acordo com o autor, “as práticas higienistas e a repressão da liberdade de expressão sexual, alinhadas a algumas crenças religiosas, caracterizaram o início da Educação Sexual no Brasil”, valorizando “relações heterossexuais, o patriarcado e a visão da sexualidade como um tabu” (p. 563). Além disso, pela percepção dos estudantes, fica explícito que esta cultura pressupõe influência até os dias atuais no âmbito educacional, dificultando o diálogo sobre sexualidade na escola, “permitindo que apenas as informações sobre práticas preventivas sejam realizadas” (FURLANETTO *et al.*, 2018, p. 563). Com isso, destacamos a resposta de E5, que apresenta justamente tal perspectiva:

é um tabu ainda, vivemos em uma sociedade extremamente conservadora e ainda tem pessoas que acham que é algo vergonhoso se aprender sobre Educação Sexual nas escolas, que pode influenciar a escolha de gêneros... e que essa educação deve vir do ambiente familiar (E5).

Assim, é compreensível que a tarefa de educar acerca da sexualidade não é fácil, uma vez que a cultura é carregada de equívocos e tabus sobre o tema, “mesmo assim, a Escola é o espaço privilegiado para que crianças e adolescentes possam fazer seus questionamentos” (MOIZÉS; BUENO, 2010, p. 207). Por isso, o professor não precisa ser um especialista em educação sexual, mas deve ser um profissional informado sobre a sexualidade humana de maneira reflexiva, sendo capaz de criar contextos pedagógicos adequados e selecionar estratégias de informação, de reflexão e de debate de ideias, bem como de atualizar seus conhecimentos para ensinar a pensar, tornando-se mediador do conhecimento.

Encerrando esta categoria, destaca-se que 15 estudantes, ou seja, mais da metade, responderam que discutem e se informam sobre a temática por meio de conversas com amigos; 2 responderam que a conversa ocorre no âmbito familiar; 2 responderam ambos os meios, família e amigos; 1 respondeu que se informa por meio de televisão e internet; 1 respondeu se orientar por meio de médicos; 1 respondeu se informar em aulas de sociologia e biologia; 1 respondeu que é por meio de família, amigos e professores; e 2 não responderam.

De acordo com estes dados, conforme salientam as Orientações Técnicas de Educação em Sexualidade para o Cenário Brasileiro (UNESCO, 2014), informações sobre sexualidade se fazem presentes em vários espaços de socialização, como família, escola, igreja, trabalho, mídia, mas ocorrem de maneira fragmentada e dissociada de um plano de sociedade inclusiva baseada nos direitos humanos.

Além disso, a pesquisa realizada por Heilborn (2012) permite compreender que em diferentes grupos sociais existe a convicção de que sexualidade não seria assunto para ser discutido abertamente entre pais e filhos, uma vez que poderia comprometer o respeito entre as gerações. Neste sentido, Moizés e Bueno (2010, p. 207) afirmam que “a Escola precisa reassumir o trabalho de Educação Sexual, mas não para reprecendê-la e sim para mudar visões distorcidas ou negadas da sexualidade, sem, contudo, substituir a família”. A Unesco (2014) corrobora essa ideia, mostrando que “torna-se relevante a atuação do sistema educacional na tarefa de reunir, organizar, sistematizar e ministrar essa dimensão da formação humana” (p. 11). A predileção dos estudantes por buscarem discutir o assunto com seus iguais, ou seja, outros estudantes, contudo, não garante a correção das informações que obterão. “Neste sentido, a interação família-escola torna-se fundamental para que a sexualidade não se torne alvo da duplicidade de discursos e de atitudes” (MOIZÉS; BUENO, 2010, p. 207).

Acreditamos, assim como Moizés e Bueno (2010, p. 207), que se tratam, sim, de gerações diferentes, e que, por isso, apresentam relações que envolvem fechamento-abertura ante a prática sexual. Conjectura-se, portanto, que a Educação Sexual pode estimular a troca de ideias, discussões e mudanças nas relações sociais, superando, assim, o machismo e os preconceitos de gênero a partir da promoção de conhecimento emocional e cognitivo bem como de igualdade.

ii) Concepções sobre Gênero: aquilo que é feminino ou masculino

O conceito de gênero, aplicado em sua forma teórica, permite criticar, de maneira abrangente, a dominação sociocultural do masculino sobre o feminino, este oprimido à subordinação. A partir de seu aparecimento na literatura feminista que eclodia na década de 80 do século 20, o conceito foi teorizado no sentido de se instrumentalizar em práticas políticas que desnaturalizassem as características comportamentais impostas a homens e mulheres pelo estamento social, de modo a demonstrar que o controle – e a falta deste – sobre o próprio corpo e sobre a própria sexualidade, é limitado por uma construção sociocultural histórica que define homens e mulheres unicamente a partir de suas características biológicas reprodutivas, desvelando a relação de dominação entre eles (ANJOS, 2000).

Quanto a isso, Bourdieu (1999) desenvolve o conceito de gênero para ratificar que o sexo biológico não deve ser o fator determinante da atuação social de homens e mulheres, uma vez que a masculinidade e a feminilidade são construídas arbitrariamente no processo educacional ao qual cada um foi sujeito em sua formação de identidades de sexo e gênero. Conseqüentemente, a expressão da masculinidade e da feminilidade é variável no espaço – em acordo ao contexto de cada indivíduo, em sua classe social, sua religião, sua etnia – e no tempo – em relação ao momento histórico e à fase da vida individual.

Os estudantes chegam à escola, portanto, com suas próprias bagagens culturais e emocionais, seus conhecimentos e seus costumes, construídos dentro e em decorrência do meio em que vivem e que os determina enquanto seres sociais, ainda que este meio seja restrito ao convívio familiar, pois também a família é responsável pela formação do indivíduo em relação ao gênero e à sexualidade. Essa pluralidade de formas de expressão da sexualidade em razão da pluralidade da sua formação, é visível na pesquisa por amostra quando um grupo de 26 estudantes é indagado acerca da origem das informações sobre gênero e sexualidade que obtém. Neste quesito, 18 estudantes afirmaram que as informações provêm dos próprios amigos; 5 estudantes mencionaram a família; 3 estudantes mencionaram as redes sociais; 2 estudantes mencionaram a mídia e a escola; e 1 estudante afirmou que não encontra espaço em sua vida para esse tipo de informação e conhecimento.

Estes resultados são compatíveis com outros estudos (ver MAROLA; SANCHES; CARDOSO, 2011). Assim, a amostra é compatível com a realidade, pois a educação a respeito de assuntos considerados tabus, como é o caso da expressão de gênero e de sexualidade, é absolutamente informal, tomando lugar nos círculos de amizade dos indivíduos, nas pesquisas realizadas na internet, nos conteúdos impressos e audiovisuais de cunho erótico e pornográfico, etc. Isto, segundo o autor, é decorrência de pais que propositalmente ignoram – por ocultação, por negação – a realidade das práticas que os jovens assumem em relação à sua saúde sexual e reprodutiva. Desse modo, há acúmulo de informações gerais – que não são orientadas no sentido de uma construção identitária plena – que constroem nos indivíduos significados homogeneizados, que perpetuam o *status quo* do discurso de que os gêneros estejam cabalmente ligados ao sistema biológico reprodutivo.

Algo definido pela genital da pessoa, porém existem pessoas que nascem no gênero “errado”, no qual elas não se identificam (E11); Gênero masculino e feminino; (E16) Gênero é ser feminino ou masculino (E13); Gênero é o que cada um é, você não perguntou isso na primeira pergunta? Então (E17); Gênero para mim é tanto o sexo biológico quanto o opcional de cada pessoa (E18); Gênero e usado para diferenciar homem e mulher (E20).

Neste sentido, Bourdieu (1999, p. 20) confirma que a inegável oposição entre os sistemas reprodutivos do homem e da mulher – as diferenças anatômicas de seus órgãos sexuais – pode ser utilizada para justificar a construção social que opõe as condutas idealizadas para homens e mulheres, verificável, principalmente, na divisão social do trabalho. Essa justificativa, contudo, não serve para esclarecer aos estudantes a influência que a dominação entre os gêneros tem sobre suas vidas, pois as respostas à pesqui-

sa são ambíguas e demonstram falta de reflexão acerca do tema, posto que a temática de segregação entre os gêneros e seu desdobramento no mundo do trabalho não foi sinalizada em nenhuma das respostas obtidas.

Por isso, importa compreender que o gênero “é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2016, p. 58). Assim, ele é construído – e afirmar isso não implica perspectivas ilusórias ou artificiais as quais residem em um “interior binário que contrapõe como opostos o “real” e o “autêntico” (BUTLER, 2016, p. 58), mas pressupõe entender que existem “certas configurações reais de gênero que assumem o lugar do “real” e consolidam e incrementam sua hegemonia por meio de uma autonaturalização apta e bem-sucedida” (p. 58). O reconhecimento do gênero como subjetividade do indivíduo representa, para os estudantes, a exposição da própria subversão em uma sociedade que os marginaliza. Para eles, portanto, gênero significa:

(E2) Escolha do indivíduo dentre as quais ele considera opções; (E3) Entendo que gênero é o qual a pessoa se identifica; (E4) O gênero é determinado por condições psicológicas e biológicas; (E5) Gênero para mim é tanto a questão biológica quanto a opção sexual; (E6) O sexo com o qual o indivíduo se identifica; (E7) é como uma pessoa se identifica; (E8) Eu entendo que é o sexo em que o indivíduo se identifica; (E9) Algo em que a pessoa se identifica; (E10) Gênero é como a pessoa se define perante seus relacionamentos com os indivíduos; (E12) Temos 2 tipos de gênero, o biológico e o psicológico.; (E14) Algo que a pessoa se identifique; (E15) Gênero é uma palavra muito diversificada, pois é o modo como o ser se enxerga, podendo ser homem, mulher, trans, gay, lésbica; (E19) Como uma ideia a qual nos identificamos; (E21) Gênero é todo o qual nós somos e nos identificamos; (E22) Opção sexual de cada um; (E23) É mais que o corpo, equivale ao que a pessoa se identifica.

A maioria das respostas (E2, E3, E4, E5, E7, E9, E10, E14, E19, E21, E23) revelam que há compreensões que transcendem as delimitações biológicas. Já nas respostas de E5, E15 e E22 podemos notar a concepção errônea de que o gênero é determinado pelo sexo. De acordo com Butler (2016), no entanto, o “gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero”, logo, é “performativo no interior do discurso herdado da metafísica da substância” (p. 56). Assim, resulta da ação cultural – e não é determinado pelo sexo. As respostas de E6, E8 e E12, por sua vez, apresentam desconhecimento a respeito do que é identidade de gênero e o que é identidade sexual ou orientação sexual. Conforme Silva *et al.* (2019), o gênero foi construído de maneira binária, ou seja, descrito em dois conjunto de caracteres opostos – um feminino e um masculino –, portanto, a identidade de gênero parte do reconhecimento que o sujeito afirma para si em relação a um desses conjuntos de caracteres definidores dos dois gêneros predominantes. A construção teórica dessa discussão, contudo, tem gerado reflexos sociais que flexibilizam, em certa maneira, as delimitações tradicionais sobre gênero, sexualidade e sexo. Silva *et al.* (2019) também afirmam que a linha do construccionismo social no campo da psicologia focaliza discussões sobre temas como identidade, gênero e sexualidade, uma vez que a visão binária do gênero falha por ignorar que existem mais expressões de sexualidade

para além do masculino e do feminino tradicionais, posto que a sociedade atual permite múltiplas construções dos sujeitos em si. Louro (2000) ressalta, entretanto, que a visibilidade das questões de gênero não implica diretamente a ampliação das liberdades civis, pois permanece hegemônica a heteronormatividade, que é rígida, portanto, excludente. Para Louro (2000), há inúmeras formas de se constituir como homem ou como mulher, e o autor afirma que o tema da sexualidade é de vital importância para a construção da identidade dos sujeitos.

Silva *et al.* (2019) propõem que a identidade não é fixa nem natural, pois está em constante transformação e construto social. Neste sentido, Louro (2000) afirma que a sexualidade, diretamente ligada à identidade, também não pode ser considerada natural em si, pois isso impede a visão crítica acerca das dimensões social e política da sexualidade. Do mesmo modo, a sexualidade também se coloca como construto social, uma vez que não se pode concluir que todos os indivíduos exerçam a sexualidade de igual maneira, pois, para Silva *et al.* (2019), ela implica rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções, isto é, processos profundamente culturais e plurais. De igual maneira, Louro (2000, p. 5-6) assevera que nem mesmo as concepções sobre o corpo e sobre a natureza são naturais, tampouco o é a sexualidade, considerando que os sentidos atribuídos a tais conceitos decorrem dos códigos sociais e culturais que, constantemente, reinventam suas próprias práticas e processos. Ainda assim, Freitas *et al.* (2018) mostraram que a heteronormatividade é percebida como racional e cronologicamente linear, o que refuta a polimorfia das identidades sob a justificativa de uma natural progressão positivista e lógica, que não é suficientemente ampla para alcançar todas as possibilidades humanas neste sentido.

A diversidade de orientações sexuais é historicamente rechaçada pelo pensamento homogêneo da sociedade, de modo que é inculcado nos indivíduos o *habitus* reproduzido nos moldes dos valores legitimados pela cultura patriarcal. Em resposta a essa discrepância, a abordagem acerca da diversidade de expressões da sexualidade foi testada a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs – de 1997, que continha, na seção *Orientação Sexual*, o subitem *Relações de gênero*, representando duas páginas e meia de conteúdo que objetivavam

[...] combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para a sua transformação. A flexibilização dos padrões visa permitir a expressão de potencialidades existentes em cada ser humano que são dificultadas pelos estereótipos de gênero. Como exemplo comum pode-se lembrar a repressão das expressões de sensibilidade, intuição e meiguice nos meninos ou de objetividade e agressividade nas meninas (BRASIL, 2000, p. 144).

O tema é tratado nos PCNs com o devido esclarecimento acerca da delicadeza que o assunto exige ao ser tratado perante jovens e crianças, o que incita a análise do discurso utilizado em sua formalização. Inicialmente, o texto aborda a inconsistência das relações de poder entre homem e mulher na perspectiva histórica, ou seja, aquilo que Bourdieu denomina de dominação masculina. O texto também informa a compreensão de gênero enquanto papel sexual ou papel de gênero, de modo que o discurso é desen-

volvido a partir do reconhecimento da dicotomia entre os estereótipos que definem masculino e feminino, como citado: a sensibilidade típica de um, a agressividade típica de outro (ANJOS, 2000).

Em seguida, o texto propõe incentivar intervenções no sentido de impedir práticas discriminatórias entre os estudantes em seus núcleos, ou seja, propõe combater *bullying*, como a desqualificação de um indivíduo a partir do questionamento de sua sexualidade. Nestas situações é orientado que o professor aponte como o estamento social arbitra o que é masculino e feminino, atribuindo valores a cada conduta relacionada (BRASIL, 2000, p. 145). Os PCNs, portanto, tiveram grande importância na representação do conceito de gênero nas práticas educacionais sobre sexualidade da escola pública brasileira.

Nada disso, entretanto, foi considerado na produção da segunda versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018), pois o momento político estava dominado pelo discurso de negação da extrema direita em ascensão, revelando a fragilidade das políticas governamentais e a falta de políticas de Estado. Todas as menções ao estudo sobre identidade de gênero e diversidade sexual foram eliminadas da prescrição legal, de modo que o documento BNCC passou a representar, segundo Meotti (2018, p. 11), a cumplicidade do governo brasileiro com as injustiças e as violências que existem unicamente pela má percepção da sociedade acerca das questões de gênero e diversidade sexual.

De todo modo, a homogeneização do pensamento da sociedade continua sem refletir a realidade, pois, apesar da pequena amostra desta pesquisa, é notável que pouco mais da metade – 56% – dos estudantes se declararam heterossexuais. Isto é, quase metade da amostra da pesquisa declarou expressar orientação sexual diversa do padrão heteronormativo imposto, representando 32% que se dizem bissexuais e 12% que se dizem homossexuais. Assim, é imperativo que a realidade dos estudantes seja considerada no processo de formação e teste de suas potencialidades, e isso exige a análise e a discussão acerca da Educação Sexual na educação básica.

iii) A característica importância da Educação Sexual compreensiva no contexto escolar

Esta categoria é centrada em duas questões: se Educação Sexual e gênero são temáticas que possuem relação, e se os estudantes gostariam que as temáticas fossem mais abordadas na sua escola e/ou no ambiente familiar. Sobre os dados resultados da pesquisa, os estudantes, em sua maioria, disseram que compreendem que há, sim, uma relação entre os temas, pois assim, a partir da Educação Sexual, *“podemos entender e respeitar os diversos gêneros existentes, cada um com suas particularidades”* (E1); além de que a *“Educação Sexual é explicar tudo o que engloba sexo e sexualidade”* (E3). Na concepção de E6, *“a Educação Sexual pode ajudar a pessoa que está passando por dúvidas na sua sexualidade e até mesmo gênero, a se encontrar”*, e para E4, *“a Educação Sexual auxilia sobre autoaceitação e respeito”*.

Tais respostas apresentam o entendimento de que gênero e sexualidade deveriam ser temas da educação sexual, pois envolvem mais do que binarismo e heterossexualidade, ressaltando a autoaceitação e respeito. Mesmo que as respostas dos estudantes não demonstrem conhecimento de que pessoas que apresentam um sexo biológico

possam se reconhecer de outra maneira, há a compreensão de que as pessoas podem sofrer preconceitos ao buscar a aceitação da sociedade. Essas respostas dizem respeito, principalmente, aos membros da comunidade LGBTQIA+, e, de acordo com o Relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB), “a cada 20 horas um LGBT morre de forma violenta vítima da LGBTfobia, o que faz do Brasil o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais” (MICHELS; MOTT, 2018, p. 1). Ademais,

A repetição de construtos heterossexuais nas culturas sexuais gay e hetero bem pode representar o lugar inevitável da desnaturalização e mobilização das categorias de gênero. A replicação de construtos heterossexuais em estruturas não heterossexuais salienta o status cabalmente construído do assim chamado heterossexual original. Assim, o gay é para o hetero não o que uma cópia é para o original, mas, em vez disso, o que uma cópia é para uma cópia (BUTLER, 2016, p. 56-57).

Neste sentido, ressaltamos a resposta de E15, que entende que *“é através do diálogo sobre Educação Sexual que as pessoas [...] podem normalizar estes assuntos”* e buscar a diminuição da violência apresentada. A resposta de E7 corrobora tais ideias ao afirmar que *“ao falar sobre o assunto pessoas com dúvidas sobre seu gênero podem se sentir confortáveis em dividir essa dúvida”*. Além desses, E7 e E11 também apresentam tal perspectiva de pensamento, ao declararem que a Educação Sexual, ao discutir temáticas sobre gênero, *“ajuda a entender ao que pertencemos e a entender as pessoas ao nosso redor e também a respeitar elas”*. E25 afirma que, por meio de discussões propostas sobre a Educação Sexual, *“quem tem um gênero diferente não se sentiria tão afastado dos outros, e, para mim, mesmo que houvesse essa aula abordando todos os gêneros, ainda não mudaria minha sexualidade”*.

Mesmo que haja incorreções acerca das concepções de gênero dos estudantes como visto na categoria 2 deste trabalho, eles trazem, em seus discursos, uma visão que permite a proposição de um estudo mais profundo das concepções acerca do assunto, ainda que nenhum estudante tenha mencionado entendimento sobre a igualdade de gêneros referida pelo documento da Unesco.

A Educação Sexual compreensiva (ESC) desempenha um papel central na preparação dos jovens para um ambiente seguro, produtivo, cumprindo a vida em um mundo onde HIV e AIDS, infecções sexualmente transmissíveis (IST), gravidez indesejada, violência baseada em gênero (VBG) e desigualdade de gênero ainda representam sérios riscos ao seu bem-estar (tradução nossa) (UNESCO, 2018, p. 12).

Isso destaca a necessidade de esclarecer tais conceitos para os estudantes que, de certo modo, não elaboram significações e sentidos completos acerca dos estudos sobre gênero, sexo e orientação sexual. Além disso, os próprios estudantes compreendem a importância da Educação Sexual, pois, além das respostas destacadas anteriormente, os discursos elaborados pelos sujeitos salientam a necessidade de esses assuntos serem tratados na escola e no ambiente familiar, uma vez que,

desse modo teríamos um espaço mais aberto para a aceitação e o respeito sobre temas que englobam esse assunto (E1); poderia causar uma melhor compreensão e respeito sobre o assunto (E4); eu acho que iria ajudar muitas pessoas nessa fase de descoberta de si mesmo (E8); para normalizar porque ajudaria muito todas as pessoas a saberem e se conscientizar sobre esse assunto, e também para se enten-

der melhor como pessoa (E11); para a conscientização das pessoas mais ignorantes que não entendem a diferença dos gêneros (E12); porque tem muitas pessoas que acham que sabem demais, mas na verdade não sabem por falta, às vezes, de informação (E14).

Sobre isso, o documento da Unesco (2014, p. 24) traz que “a discriminação tem um impacto negativo sobre pessoas, comunidades e sociedades”; além da prática “da tolerância, é preciso superar as condições assimétricas e desiguais que marginalizam as pessoas ou grupos considerados diferentes”. Os estudantes, de acordo com as respostas a seguir, percebem que a escola é um dos melhores meios para a difusão da informação: “ao meu ver é dever das escolas tratar sobre o assunto, assim teremos menos problemas com doenças sexualmente transmissíveis entre outras coisas ocasionadas pela falta de conhecimento perante o sexo” (E10); “na escola sim. Porque é uma pauta atual que deve ser abordada com mais naturalidade” (E6).

Deste modo, se há a pretensão de que a “educação, direito de todos e dever do Estado e da família (...) [seja] promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania” (BRASIL, 1988), como pode a educação não implicar questões de cidadania referentes à sexualidade? Em vista de que a Educação Sexual promove mudanças comportamentais, os jovens com bom amadurecimento do pensamento em relação à sexualidade podem se relacionar a partir de uma prática sexual muito mais segura e responsável.

Alguns estudantes salientaram que só tiveram contato com o assunto “através de amigos e internet, muuuito tempo depois do que precisasse caso tivesse um problema relacionado com essa temática” (E7); E20 complementa a resposta, explicando que, enquanto jovens em formação social, cidadã e cognitiva, “não entendemos direito, temos acesso na internet, mas não tem como sabermos que é verdade” (E20). Neste sentido, Eisenstein (2013) afirma que não são todos os jovens que possuem a maturidade necessária para procurar informação e adquirir conhecimentos sobre a temática em ferramentas de busca digitais. A escola, portanto, é o espaço em que os saberes científicos, escolares e cotidianos se relacionam, e é nesse espaço que ocorrem as interações que determinam a construção de aprendizagens significativas para os estudantes. Logo, a escola deve ser referência para trabalhar a temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do intento de investigar como estudantes adolescentes, jovens e adultos situam conceitos como os de Educação Sexual e de Gênero, pudemos compreender que as relações e as associações que fazem ainda não apresentam noções e reflexões suficientes para compreender a temática. A análise feita a partir da ATD gerou resultados que demonstram que é preciso e necessário que a Educação Sexual seja trabalhada nas escolas para que os alunos tenham o conhecimento dos direitos e deveres sexuais social e culturalmente instituídos – situação da qual parecem não ter conhecimento, como vimos na categoria i).

Foi possível identificar, também, que é preciso que sejam trabalhadas concepções sobre gênero, identidade sexual, orientação sexual e sexualidade, pois as compreensões apresentadas pelos estudantes na categoria ii) somente reforçam a separação binária

daquilo que é feminino e/ou masculino, sem noções mais complexas e/ou que se interligam àquilo que, de fato, representa esses termos. Ademais, a partir dos estudos teóricos aliados às respostas dos alunos, destacou-se a importância da característica da Educação Sexual compreensiva no contexto escolar (categoria iii), cujo intuito é de, ética e responsabilmente, trabalhar a temática para preparar os jovens a se situarem na sociedade de modo sexual íntegro, com conhecimento acerca dos aspectos culturais, sociais, psíquicos e biológicos.

Assim, pudemos compreender que há uma imperativa importância de criação de políticas públicas educacionais que visem a uma Educação Sexual compreensiva, tomando aqui o termo do Guia Técnico Internacional (UNESCO, 2018). A partir disto, acreditamos que o ensino, voltado a uma diversificação do conhecimento acerca da sexualidade, pode proporcionar transformações nas práticas sexuais dos jovens, objetivando ações mais compreensivas, prevenidas, responsáveis e comprometidas com a seriedade que envolve o assunto.

Por fim, compreendemos ser importante discutir e propor uma Educação Sexual nas escolas que aborde temas abrangentes e que sejam transversais àquilo que os alunos possuem interesse em saber e discutir. Que considere, portanto, a diversidade e a individualidade de cada ser que no espaço escolar se encontra, configurando este como um espaço de reflexão ampla sobre sexo, gêneros e orientação sexual de maneira humana e ética. Abordar, na educação básica, assuntos como intolerância, violência sexual, igualdade de direitos, abuso sexual infantil, violência contra a população LGBT+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros+), menstruação, reprodução, violência contra a mulher, *bullying* sexual e tantos outros assuntos que podem ser discutidos, pode gerar o fortalecimento de atitudes responsáveis e conscientes.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Sandra; MEYER, Dagmar. Juventudes, moratória social e gênero: flutuações identitárias e(m) histórias narradas. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 1, p. 85-99, 2014. Edição Especial.
- ANJOS, Gabriele dos. Identidade sexual e identidade de gênero: subversões e permanências. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 4, p. 274-305, dez. 2000.
- BECKER, Daniel. *O que é adolescência*. 10. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2017. (Col. Primeiros Passos).
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Governo Federal, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 out. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Temas transversais. Brasília, BF: MEC; SEF, 2000. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documento/BNCC.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*. Brasília: Senado Federal; Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf. Acesso em: 29 out. 2020.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- COTRIM, Luisa Rabioglio; TEIXEIRA, Marilane; PRONI, Marcelo Weishaupt. *Desigualdade de gênero no mercado de trabalho formal no Brasil*. Instituto de Economia, Unicamp, 2020.

- EISENSTEIN, Evelyn. Desenvolvimento da sexualidade da geração digital. *Adolesc. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 61-71, abr. 2013.
- FREITAS, Sívio Estenio Rocha de *et al.* Diversidade na educação: identidade sexual e de gênero na escola. *Diversidade e Ensino*, v. 3, n. 7, p. 97-109, 2018.
- FURLANETTO, Milene Fontana *et al.* Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. *Cad. Pesqui*, São Paulo, v. 48, n. 168, p. 550-571, abr./jun. 2018.
- GAVA, Thais; VILLELA, Wilza Vieira. Educação em Sexualidade: desafios políticos e práticos para a escola. *Sex., Salud Soc.*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 157-171, set./dez. 2016.
- HEILBORN, Maria Luiza. Por uma agenda positiva dos direitos sexuais da adolescência. *Psicologia Clínica*, v. 24, n. 1, p. 57-68, 2012.
- LEITE, Vanessa. “Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Sex., Salud Soc.*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 119-142, maio/ago. 2019.
- LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado – pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- MAROLA, Caroline Andreia Garrido; SANCHES, Carolina Silva Munhoz; CARDOSO, Lucila Moraes. Formação de conceitos em sexualidade na adolescência e suas influências. *Psicol. Educ. [on-line]*, n. 33, p. 95-118, 2011.
- MEOTTI, Juliane Prestes. Base Nacional Comum Curricular: implicações sociais e políticas sob as temáticas de gênero e orientação sexual. CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UEG, 5., 2018. *Anais [...]*. Pirenópolis, Goiás: UEG, 2018.
- MICHELS, Eduardo; MOTT, Luiz. *Relatório: População LGBT Morta no Brasil*. Grupo Gay da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://tribunahoje.com/wp-content/uploads/2019/01/Popula%C3%A7%C3%A3o-LGBT-morta-no-Brasil-relat%C3%B3rio-GGB-2018.pdf?x69597>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- MOIZÉS, Julieta Seixas; BUENO, Sonia Maria Villela. Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental. *Rev. Esc. Enferm.*, São Paulo: USP, v. 44, n. 1, p. 200-207, mar. 2010.
- MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. *Análise textual discursiva*. Ijuí: Editora Unijuí, 2013.
- MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência e Educação*, v.9, n. 2, p. 191-211, 2003.
- OUTEIRAL, José O. *Adolescer: estudos sobre adolescência*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.
- PAES, Daniela Cristina; FAVORITO, Ana Paula; GONÇALVES, Randys Caldeira. Educação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental: o que educadoras da rede municipal de ensino de Pires do Rio (Goiás) têm a dizer? *Multi-Science Journal*, v. 1, n. 3, p. 69-78, 2015.
- PROSEX. Programa de Sexualidade da USP. *Projeto Mosaico 2.0*. 2016. São Paulo. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-da-saude/perfil-sexual-dos-brasileiros-revela-diferencas-entre-homens-e-mulheres/>. Acesso em: 10 mar. 2020.
- SCHOR, Néia *et al.* Adolescência, vida sexual e planejamento reprodutivo de escolares de Serra Pelada, Pará. *Rev. Bras. Crescimento Desenv. Hum.*, v. 17, v. 2, p. 45-53, 2007.
- SILVA, Jessika Karoliny Ostelony *et al.* Identidade de gênero e orientação sexual: a sexualidade no contexto escolar. *Research, Society and Development*, v. 8, n. 8, 2019.
- SOMMER, Beatriz Miranda. *Desigualdade de gênero no mercado de trabalho: percepções de estudantes de Administração durante a experiência de estágio*. 2018. 121 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- OMS. Organização Mundial de Saúde. *A gravidez na adolescência: ficha informativa n. 364*, 2012. Disponível em: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs364/en/index.html>. Acesso em: 13 out. 2020.
- UNESCO. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. *International technical guidance on sexuality education: An evidence-informed approach for schools, teachers and health educators*. 2. ed. France: Unesco, 2018.
- UNESCO. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. *Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem*. Brasília: Unesco, 2014.